



LexML Brasil
Parte 2 – LexML URN

Versão 0.7
Brasília – Agosto de 2008

LexML Brasil

Parte 2 – LexML URN

Versão 0.7 (agosto/2008)

Parte 2 – LexML URN	2
1. Introdução	4
1.1. Objetivo do Nome Uniforme do Recurso	5
1.2. Associação do Nome Uniforme ao Documento.....	5
1.3. Utilização do Nome Uniforme em Referências	5
2. Características Gerais do Sistema de Identificação e Referência a Documentos. 6	
3. Sintaxe Utilizada neste Documento.....	6
4. Espaço de nomes (namespace)	7
4.1. Internacionalização do espaço de nomes "lex"	7
5. Sintaxe Geral do Nome-Específico Brasileiro (NSS-lex-br).....	8
5.1. Caracteres Permitidos e Proibidos	8
5.2. Caracteres Reservados	8
5.3. Casos Especiais.....	9
5.4. Formato da Data.....	10
6. Construção do Nome-Específico (NSS-lex-br)	11
6.1. Princípios-base do Nome Uniforme (URN)	11
6.2. Estrutura do Elemento de Jurisdição <local>	12
6.3. Estrutura do Nome-específico <NSS-lex-br>	13
6.4. Nomes Alternativos (alias)	13
6.5. Nomes Relacionados.....	14
7. Elemento <documento>.....	14
8. Elemento <autoridade>	14
8.1. Indicação da Autoridade	14
8.2. Pluralidade dos Sujeitos.....	14
8.3. Modalidade de Indicação do Sujeito.....	15
9. Elemento <tipo-documento>	16
9.1. Critérios para a Indicação do Tipo do Documento	16
9.2. Especificação Adicional do Tipo de Documento.....	17
9.3. Relações entre Documento e Autoridade nos alias.....	17
10. Elemento <descriptor>	18

10.1.	Indicação do Descritor	18
10.2.	Atos sem Numeração	19
10.3.	Identificadores	19
10.4.	Indicação do Número de Identificação do Documento.....	20
10.5.	Esclarecimentos Sobre os Números de Identificação do Ato	20
10.6.	Identificador de Componentes de um Documento.....	21
10.7.	Descritor da Publicação Oficial	23
11.	Elemento <fragmento>	23
11.1.	Fragmento da publicação oficial	23
12.	Elemento <versao> e <visao>	24
12.1.	As Versões e Visões de um Texto	24
12.2.	Casos Especiais.....	24
12.3.	Identificação da Versão e da Visão.....	25
12.4.	Identificação de Documentos Multiversão e Multivisão	26
13.	Elemento <forma>	27
14.	Referências	27
14.1.	Características das Referências.....	27
14.2.	Os <i>Namespaces</i> Base e Estendido	28
14.3.	A Estrutura dos Nomes do Espaço Estendido.....	28
14.4.	Remissões Dinâmicas e Estáticas	29
14.5.	Indicação de Propriedades do Documento.....	29
14.6.	Indicação da Versão nas Referências.....	30
15.	Referências	30
15.1.	Bibliográficas.....	30
15.2.	Sites.....	31
16.	Lista de Abreviaturas e Siglas	31
17.	Créditos.....	31
17.1.	Editores (LexML Brasil).....	31
17.2.	Grupo de Trabalho LexML (em Agosto de 2008)	31
17.3.	Outras Contribuições	32
Anexo A – Gramática de Nomes Uniformes do "lex-br"		33

1. Introdução

Os nomes uniformes de recursos - *Uniform Resource Names* (URNs) – foram concebidos para fornecer identificadores unívocos e persistentes para recursos publicados na Internet, independentemente da sua localização na rede.

Com este documento define-se a identificação de normas, julgados e projetos de normas por meio de um nome uniforme para o ordenamento jurídico brasileiro. Tal nome será utilizado como instrumento para representar as referências (e, mais genericamente, quaisquer tipos de relações) entre os atos, com a finalidade de tornar disponível um ambiente hipertextual global sobre os recursos de informação, operacional em um ambiente distribuído.

Em especial, este documento descreve as regras para a atribuição de nomes uniformes e delinea os critérios principais dos serviços de resolução, capazes de associar a um nome uniforme a localização do documento correspondente na rede.

Nos documentos jurídicos são muito freqüentes e extremamente importantes as referências a outras normas; portanto, a possibilidade de poder consultar imediatamente o documento referenciado constitui-se em um auxílio de grande relevância, e, às vezes, indispensável para a plena compreensão do texto.

Os links hipertextuais da web certamente respondem a essa necessidade, mas mostram-se inadequados a um emprego em larga escala para referenciar documentos normativos e legislativos, pois a referência ao recurso relacionado se baseia, na maioria das vezes, sobre sua localização física, expressa de modo uniforme por meio de um URL (*Uniform Resource Locator*), que apresenta problemas já amplamente conhecidos, quais sejam:

- a dificuldade de se conhecer a localização do recurso citado;
- com o passar do tempo, a perda de validade dos links (URL) nas referências;
- a impossibilidade de referenciar recursos ainda não publicados;

Esses problemas relatados tornam a rede de links entre documentos extremamente limitada com relação às suas potencialidades e cada vez menos confiável com o passar do tempo.

Para remediar tais inconvenientes, utiliza-se um sistema de referências baseado na atribuição a cada documento jurídico de um nome uniforme (URN: *Uniform Resource Name*), ou identificador unívoco, e num método de resolução (RDS: *Resolver Discovery Service*) capazes de encontrar o objeto correspondente.

As ferramentas apontadas estão de acordo com aquelas definidas pela IETF (*Internet Engineering Task Force*), em grupo de trabalho específico (*URN Working Group*), e descritas em vários documentos - dos padrões oficiais (*RFC: Request For*

Comments) aos *drafts* - aos quais é, e deverá ser, garantido o alinhamento também no futuro.

1.1. Objetivo do Nome Uniforme do Recurso

A atribuição de um nome uniforme tem como objetivo associar a cada documento jurídico, legislativo ou parte deles um identificador unívoco, em um formato padronizado que dependa apenas das características do próprio documento (metadados) e que, por isso, seja independente da disponibilidade em rede, da sua localização física e das modalidades de acesso.

Tal identificador é utilizado como instrumento para representar as referências - e mais genericamente qualquer tipo de relação - entre os documentos.

O seu emprego facilita, em um ambiente de rede com recursos (documentos) distribuídos entre diversas fontes eletrônicas de informação, a construção de um hipertexto global entre os documentos jurídicos, legislativos e de bases de conhecimento contendo as relações ocorrentes entre os mesmos.

1.2. Associação do Nome Uniforme ao Documento

A associação do nome uniforme ao documento se dá por meio de uma meta-informação, que pode ser:

- inserida no interior do próprio documento: é a solução natural a ser aplicada com a adoção do formato XML (*eXtensible Markup Language*), mas é factível também em outros formatos tais como HTML (*HyperText Markup Language*), PDF (*Portable Document Format*), DOC ou ODF (*Open Document Format*);
- externa ao documento, mas estreitamente relacionada a este, de diversos modos: mesmo nome do arquivo e extensão predefinida, link hipertextual particular, atributo específico no banco de dados etc.

Tais modalidades são fortemente recomendadas no que se refere à implementação e à atualização automática dos catálogos (distribuídos ou centralizados), necessários ao processo de resolução, que contêm, para todo documento, o nome uniforme e a relativa localização física.

Em perspectiva, deve-se tender à atualização automática, evitando-se a atualização manual dos catálogos, por causa do esforço necessário à sua manutenção e da intrínseca perda de validade com o tempo.

Em tais catálogos podem estar presentes também outras informações, como: descritores (ementa, título, assunto, publicação etc), relacionamentos, vigência, que sem dúvida enriquecem a resposta do sistema.

1.3. Utilização do Nome Uniforme em Referências

O nome uniforme será utilizado em larga escala nas referências como valor do atributo `xlink:href`.

Tal vínculo pode ser realizado de duas maneiras:

- inserindo-se manualmente, no texto do documento que realiza a referência, o link com o nome uniforme: operação onerosa, sobretudo para os documentos já publicados em rede;
- construindo-se automaticamente (de maneira permanente ou provisória) o link com o nome uniforme, por meio de analisadores (*parser*) das referências no interior do texto: operação mais econômica mas sujeita a um certo percentual de imprecisão e incompletude.

As referências não são de fato sempre formalmente corretas e completas, e devem por isso ser complementadas pelo operador ou interpretadas pelo usuário.

A URN que será enviada pelo provedor de informações, relacionada a um documento específico, deverá ser codificada sempre na forma mais completa. Já as URNs de referências podem omitir elementos. Por exemplo, na referência a uma Lei Federal não é necessário informar o mês e o dia da data de assinatura (data representativa), bastando para isso informar o ano.

2. Características Gerais do Sistema de Identificação e Referência a Documentos

O sistema de referenciamento baseado em nomes uniformes deve prever:

- um esquema de atribuição dos nomes capaz de representar de maneira unívoca qualquer documento normativo, emitido por qualquer autoridade a qualquer tempo (passado, presente e futuro);
- um mecanismo para a resolução de um nome uniforme para a localização dos recursos correspondentes na rede.

O presente documento trata em detalhes apenas o primeiro dos requisitos indicados, isto é, a definição do esquema de atribuição dos nomes uniformes. Um outro documento do LexML trata da arquitetura do serviço de resolução e do respectivo software.

3. Sintaxe Utilizada neste Documento

No presente documento foi utilizada a sintaxe típica de muitos RFCs da Internet, baseada na meta-linguagem BNF (*Backus-Naur Form*), e em particular aquela do documento RFC 2141 "URN Syntax".

As suas principais características são:

- os elementos são contidos entre os sinais de menor e maior (" $<$ " e " $>$ ");
- um elemento é separado da sua especificação com a string ":: $=$ ";
- os elementos em alternativa são separados por uma barra vertical (" $|$ ");
- as strings de caracteres são contidas entre aspas (" $\"$ ");

- as partes opcionais são contidas entre colchetes ("[" e "]");
- um grupo de elementos é contido entre parênteses "(" e ")";
- uma expressão que precede um elemento, ou um grupo de elementos, indica um fator de repetição, com os seguintes formatos:
- `<n>` : `<n>` vezes;
- `<n>*` : `<n>` ou mais vezes;
- `*` : zero ou mais vezes.

4. Espaço de nomes (*namespace*)

O documento RFC 2141 "URN Syntax" (RFC 2141) define a sintaxe geral de um nome uniforme, que deve ter a forma:

```
<URN> ::= "urn:" <NID> ":" <NSS>
```

onde `<NID>` é o identificador do Espaço de Nomes (*namespace*) e `<NSS>` é um nome-específico qualquer pertencente ao Espaço precedente.

O Espaço de Nomes identifica o contexto no qual estes são válidos e significativos. Para os documentos jurídicos define-se o Espaço de Nomes Uniformes com o identificador "lex":

```
<NID> ::= "lex"
```

e assim as URNs relativas têm a forma:

```
<URN> ::= "urn:lex:" <NSS-lex>
```

4.1. Internacionalização do espaço de nomes "lex"

A fim de permitir a adoção do Espaço de nomes "lex" em nível internacional, respeitando-se a autonomia e as especificidades de cada país, foi definido o elemento-base `<local>`, colocado dessa forma na URN:

```
<NSS-lex> ::= <local> ":" <NSS-lex-local>
```

Esse elemento, que deve ser composto pelo menos pelo código IETF do país ou da super-região ("eu", no caso da União Européia), podendo ainda, a critério de cada país, ser subdividido de forma hierárquica de modo a contemplar o mapeamento de regiões, estados, municípios ou de outras unidades político-administrativas inerentes a sua organização. Em resumo:

```
<local> ::= <codigo-pais> [";" <detalhamento-local>]  
<codigo-pais> ::= 2<minúscula>
```

O código IETF para o Brasil é a string "br", e assim as URNs de documentos brasileiros têm a forma:

```
<URN> ::= "urn:lex:br:" <NSS-lex-br>
```

Para o Brasil, definiu-se ainda que o elemento `<local>` possui uma estrutura hierárquica que reflete a jurisdição da norma ou da autoridade, desdobrando-se, quando

necessário, em unidades da federação e municípios ou em regiões dos tribunais regionais. A forma de composição desse elemento será vista adiante.

Apesar de a forma do elemento `<NSS-lex-local>` ser de livre definição pelo país usuário do espaço de nomes, optamos por utilizar para o `<NSS-lex-br>` um esquema similar ao modelo do projeto italiano NIR (*Norme in Rete*), aproveitando-se da experiência e de conceitos já desenvolvidos, testados e estabelecidos.

5. Sintaxe Geral do Nome-Específico Brasileiro (NSS-lex-br)

5.1. Caracteres Permitidos e Proibidos

São definidos de acordo com o RFC 2141 "URN Syntax"; em especial figuram como não admitidos, além de uma série de caracteres especiais, todos aqueles nacionais (código ASCII superior ao 127), que devem ser convertidos na sequência de escape ("% <hex> <hex>") correspondente.

Por razões de várias naturezas, ilustradas a seguir, no nome-específico (NSS-lex) do namespace "lex" é permitido apenas este subconjunto de caracteres:

```
<NSS-lex-br> ::= 1*<aceitos-lex>
<aceitos-lex> ::= <normal> | <outro> | <reservado>
<normal>      ::= <minuscula> | <numeral> | "."
<normalID>    ::= <normal> | "_" | "-"
<minuscula>   ::= "a" | "b" | "c" | "d" | "e" | "f" | "g" | "h" | "i" |
                  "j" | "k" | "l" | "m" | "n" | "o" | "p" | "q" | "r" |
                  "s" | "t" | "u" | "v" | "w" | "x" | "y" | "z"
<numeral>     ::= "0" | "1" | "2" | "3" | "4" | "5" | "6" | "7" | "8" | "9"
<outro>       ::= "=" | "-" | "_"
<reservado>   ::= ":" | "@" | ";" | "," | "[" | "]" | "$" | "!" | "~"
```

Os outros caracteres são eliminados ou convertidos.

A sintaxe completa dos nomes uniformes do Espaço "lex-br" é descrita no Anexo A.

5.2. Caracteres Reservados

São os caracteres que têm um significado especial geral na formação das URI (*Uniform Resource Identifier*) ou particular na formação de nomes específicos no Espaço "lex", e, portanto, devem ser empregados sempre e apenas para o escopo definido. Pertencem à primeira categoria os caracteres:

"%" "/" "?" "#"

que conservam o significado típico das URLs.

Em particular, o caractere "#" não deve ser utilizado para indicar um "fragmento" do documento no nome uniforme, como, por exemplo, para identificar o dispositivo de uma norma, pois existe um elemento específico para este fim.

Por sua vez, são reservados no nome-específico do Espaço "lex" os caracteres apresentados na Tabela 1.

Tabela 1. Caracteres Reservados.

Caractere(s)	Aplicação
" : "	separador dos elementos principais do nome.
" ; "	para marcar a introdução de uma especificidade ou de um nível hierarquicamente inferior do elemento precedente.
" @ "	separador de versão.
" ! "	separador de visão.
" ~ "	separador para indicar a forma da expressão do conteúdo (ex: texto, imagem etc.).
" [" , "] "	delimitadores utilizados para intervalo de valores. Os valores de limite inferior e superior são separados pelo caractere " , " .
" , "	separador de múltiplas ocorrências de valores para um mesmo elemento principal, ao mesmo nível de especificidade (ex.: numeração e autoridade múltipla); separador dos valores de intervalo; e separador do identificador de componente do título do componente (ex: anexo.1, tratado.cooperacao.amazonica).
" \$ "	separador de propriedade do documento utilizando apenas nas referências.

5.3. Casos Especiais

5.3.1. Caracteres Maiúsculos e Minúsculos

O nome-específico <NSS> da URN, como as URLs, é sensível à grafia maiúscula ou minúscula.

A resolução dos nomes pertencentes ao Espaço "lex" deve ser independente da grafia, mas, para desfrutar plenamente das possibilidades de *caching* (memorização temporária para acesso rápido) de recursos, o nome-específico é construído sempre em caracteres minúsculos.

(ex.: "Ministério" é representado como "ministerio")

5.3.2. Caracteres Nacionais e Sinais Diacríticos

Mesmo sendo possível representar os caracteres nacionais e os sinais diacríticos por meio de uma sequência de escape ("% " <hex> <hex>), por razões de

simplicidade, de gestão e de comunicação estes caracteres especiais são excluídos do Espaço "lex" e portanto devem ser convertidos aos caracteres base.

(ex.: "saúde" é representada como "saude")

5.3.3. Substituição de Espaços, Conectivos e Pontuação

Na construção do nome-específico são eliminados da sentença correspondente todos os conectivos lingüísticos (artigos, preposições simples e com artigos, conjunções etc.), a pontuação e os caracteres especiais como apóstrofe, hífen, aspas etc.

As palavras significativas restantes são ligadas entre si por um ponto (".") em substituição ao espaço.

(ex.: "Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão" é representado como "ministerio.planejamento.orcamento.gestao")

5.3.4. Expansão das Abreviações

No nome-específico os nominativos são representados por extenso, e, portanto, devem-se expandir as abreviações de quaisquer tipos presentes na indicação das instituições (ex.: Min.), das estruturas (ex.: Gov.) ou das normas (ex.: circ.).

(ex.: "Min." é representado como "ministerio")

5.3.5. Expansão das Siglas

Para evitar possíveis homônimos provocados pelo uso de siglas na indicação das instituições, das estruturas ou das normas, no nome-específico essas devem ser explicitadas com as correspondentes formas extensas.

(ex.: "SRF" é representada por "secretaria.receita.federal")

5.3.6. Elementos e Números Ordinais

Na construção do nome-específico os eventuais números ordinais presentes nos elementos são sempre representados por algarismos arábicos, independentemente da grafia que assumam: número romano, alíneas, adjetivo, letras, número arábico com ápice etc. (IV, alínea b, terceiro, 1º, 2ª etc.).

Identificadores de fragmentos de documento (ex.: artigos, incisos, capítulos etc.) possuem sintaxe compacta própria, conforme será apresentado nas seções seguintes.

(ex.: "Anexo III" é representado como "anexo.3")

"Anexo D" é representado como "anexo.4"

"Art. 11" é representado como "art11"

"Art. 12-B" é representado como "art12-2"

"Inciso III do Art. 12-B" é representado como "art12-2_inc3")

5.4. Formato da Data

Para tornar o nome uniforme mais facilmente ordenável cronologicamente e mais legível aos operadores, as datas são representadas sempre em forma numérica e no formato:

```
<data> ::= <ano> "-" <mes> "-" <dia>
<ano>   ::= 4<numeral>
<mes>   ::= 2<numeral>
<dia>   ::= 2<numeral>
```

(ex.: "2 de setembro de 99" é representado por "1999-09-02")

5.4.1. Tratamento de Datas Múltiplas e Período

Alguns atos, mesmo sendo únicos, são identificados por mais de uma data; nesse caso, no campo <datas> devem ser relacionadas todas as datas presentes.

Caso seja necessário especificar um intervalo fechado entre duas datas, utiliza-se os delimitadores “[” e “]” com as datas separadas por “,”.

Algumas instituições costumam identificar os documentos por meio de um período de referência (ex.: número da legislatura) em vez de uma data (ex.: data de apresentação), muito menos significativa e nunca utilizada nas referências. Nesses casos, o componente <periodo> é utilizado em substituição ao componente <datas>.

Dessa forma, o elemento <datas> possui a seguinte definição:

```
<datas> ::= <data> *["," <data> ]
          | <periodo>
<periodo> ::= "[" <data> "," <data> "]"
          | 1*<normal>
```

(ex.: "1999-03-02,1999-04-15,2000-08-01",
"[1999-03-02,2000-08-01]" e
"14.legislatura")

6. Construção do Nome-Específico (NSS-lex-br)

6.1. Princípios-base do Nome Uniforme (URN)

O nome uniforme deve ser unívoco, isto é, deve identificar uma e apenas uma entidade, e é construído de modo a ser, tanto quanto possível:

- o auto-explicativo para os usuários;
- o dedutível por meio de regras simples e claras;
- o compatível com a prática em uso para criar referências;
- o reduzido ao essencial, para simplificar os links com outros documentos;
- o gerado automaticamente por analisadores das referências no texto;
- o representativo dos aspectos, tanto formais quanto substanciais, do documento;

- o em conformidade, à data de sua emissão, com a estrutura/organização da autoridade emitente e com a tipologia do documento;
- o de acordo com a definição da estrutura relativa à classe dos documentos da categoria;
- o alinhado constantemente aos demais padrões do projeto.

6.2. Estrutura do Elemento de Jurisdição <local>

O elemento <local> delimita a localidade no qual será definido a autoridade emitente do ato. É importante ressaltar que esse elemento não está relacionado ao conteúdo do ato e sim à autoridade emitente. Por exemplo, para “camara.municipal” o elemento <local> indicará o nome do município no qual está localizada.

O elemento <local> para as URNs brasileiras tem a seguinte estrutura:

```
<detalhamento-local> ::=
    [ ";" <unidade-federacao> [ ";" <municipio> ] ]
    | [ ";" <tipo-regional> ";" <seq-regional> ] )
<unidade-federacao> ::= 1*(<minuscula> | ".")
<municipio> ::= 1*(<minuscula> | ".")
<tipo-regional> ::= "regiao.justica.federal"
                  | "regiao.justica.trabalho"
<seq-regional> ::= 1*<numero>
```

Os elementos <unidade-federacao> e <municipio> representam o nome da unidade da federação e do município, respectivamente, ambos em minúsculas, sem abreviaturas, conectivos, apóstrofo, sinais de pontuação ou espaços.

Nas URNs de referência, poderá ser informada a sigla da unidade da federação, ao invés do nome por extenso. O processo de normalização, que antecede a resolução da URN, irá expandir a sigla nestes casos.

A segunda forma de composição do elemento <local> especifica a jurisdição dos tribunais regionais da Justiça Federal ou da Justiça do Trabalho. Nas URNs de referência, a sigla da unidade da federação poderá ser utilizada em substituição ao indicador da região. No momento da resolução, haverá uma normalização para a região respectiva de acordo com a data do documento.

Exemplos de valores para o elemento <local>:

Jurisdição:	Representação:
-----	-----
Brasil	br
Pindamonhangaba-SP	br;sao.paulo;pindamonhangaba
João Pessoa-PB	br;paraiba;joao.pessoa
Estado de São Paulo	br;sao.paulo
Distrito Federal	br;distrito.federal
São Paulo-SP	br;sao.paulo;sao.paulo
São João do Meriti-RJ	br;rio.janeiro;sao.joao.meriti
TRE da Paraíba	br;paraiba

6.3. Estrutura do Nome-específico <Nss-lex-br>

Considerando o Modelo de Referência do Projeto LexML Brasil (Parte 1), são três os tipos de entidades que podem ser endereçadas por uma URN:

- Documento Individual (*F14 Individual Work*) – representa o conteúdo abstrato (matéria) da versão de um documento. Quando um Documento Individual é base para derivação de um outro Documento Individual (como no caso da publicação), ambas as instâncias passam a ser membros de um Documento Complexo. Cada instância de Documento Individual possui uma expressão auto-contida relacionada (*F22 Self Contained Expression*).
- Fragmento de Documento Individual (*F22 Self Contained Expression*) – representa a partição de um documento individual. No caso de normas jurídicas ou proposições legislativas pode ser um artigo, um dispositivo que agrupa artigos (ex. título, capítulo, seção etc.) ou ainda um dispositivo de detalhamento de um artigo (ex. alínea, inciso etc.). No caso de acórdãos, pode ser um dos seus elementos constituintes (ex. relatório, voto etc.)
- Documento Complexo (*F15 Work Complex*) – representa o mais alto nível de abstração do modelo e referencia o conteúdo do documento (matéria) no tempo, não se preocupando em especificar detalhes de versão, visão ou forma de expressão. Normalmente é esta a entidade referenciada pelo usuário quando da pesquisa de uma norma.

No nosso ordenamento jurídico, normalmente o conteúdo normativo se expressa como um texto na língua portuguesa. No entanto, em alguns casos, pode haver variação tanto na língua utilizada quanto na forma de expressão (ex: mapas, figuras etc).

Portanto, a estrutura do nome-específico de cada entidade é representada por:

```
<Nss-lex-local> ::= <documentoComplexo>
                  | <documentoIndividual>
<documentoComplexo> ::= <documento> [ ":" <fragmento> ]
<documentoIndividual> ::= <documentoComplexo>
                        "@" <versao> "!" <visao> "~" <forma>
```

O elemento <fragmento> deverá ser utilizado apenas quando for necessário identificar a partição interna de um documento normativo.

6.4. Nomes Alternativos (alias)

A um mesmo documento podem ser atribuídos diversos nomes uniformes, a fim de favorecer a ligação – por referenciamento e por pesquisa - com outros documentos. Essa facilidade pode ser utilizada para aqueles documentos que, devido a sua individualidade, acabam sendo referenciados na prática sob ângulos visuais diversos, como, por exemplo, a forma de promulgação e o conteúdo específico. É muito comum,

por exemplo, a referência de normas utilizando apelidos, tais como ‘Código Civil’, ‘Código de Defesa do Consumidor’, ‘Lei do Audiovisual’ etc.

6.5. Nomes Relacionados

A referência à publicação oficial dos documentos, seja em periódicos em papel ou em meio eletrônico, é importante, pois se trata da fonte oficial da informação jurídica e legislativa. Por isso, sempre que possível, deve-se relacionar o nome uniforme do documento oficial com o nome uniforme da publicação oficial cuja sintaxe específica é apresentada neste documento.

7. Elemento <documento>

O elemento <documento> deve conter informações adequadas a identificar univocamente as entidades referentes aos documentos jurídicos e legislativos, as quais são essencialmente: a autoridade emissora, o tipo de provimento e o código de identificação (números, datas etc.), além de atributos específicos para identificar uma versão específica do documento quando necessário.

A estrutura do identificador do documento ou parte dele é composta por três elementos fundamentais, claramente distintos entre si e de acordo com uma ordem que identifica domínios e competências sempre mais restritas:

```
<documento> ::= <autoridade> ":" <tipo-documento> ":" <descriptor>
```

Os elementos principais do nome uniforme são geralmente articulados em diversos componentes elementares, para os quais são fixadas regras de representação (critérios, modalidade, sintaxe e ordem).

8. Elemento <autoridade>

8.1. Indicação da Autoridade

O elemento <autoridade> do nome uniforme indica, de acordo com o caso:

- a efetiva autoridade emissora da norma, isto é, aquela que realmente adotou ou da qual emanou o ato;
- a instituição por meio da qual o ato é registrado, conhecido e referenciado, ainda que emitido ou de alguma forma produzido por outros sujeitos: é o caso, por exemplo, das proposições (ou propostas, projetos) de leis que são identificadas com a Casa Legislativa na qual são apresentadas ao invés de com seus autores e subscritores (parlamentares, poder executivo etc.);
- a instituição regulamentada (e indicada nas referências) pela norma, ainda que emitida por outra autoridade: é o caso, por exemplo, do estatuto de um ente. Nesta hipótese o nome uniforme será um alias do ato de adoção ou emanção.

8.2. Pluralidade dos Sujeitos

Alguns atos têm diversas autoridades emittentes, quando emanadas de uma pluralidade de sujeitos (ex.: portaria interministerial, acordos etc.). Neste caso, no elemento `<autoridade>` são representados, adequadamente separados, todos os sujeitos envolvidos, em ordem alfabética de nomes normalizados de sujeito, segundo a forma:

```
<autoridade> ::= <sujeito> *["," <sujeito> ]
```

(ex.: "ministerio.fazenda,ministerio.justica").

Cabe ressaltar que, no caso de diversas autoridades emittentes, de forma independente da sequência em que os nomes aparecem no documento, deve-se utilizar a ordem alfabética dos nomes codificados dos sujeitos na composição do nome uniforme. Em uma URN de referência, pode-se especificar os nomes dos sujeitos em qualquer ordem, pois, no processo de resolução, eles serão convertidos para a ordem alfabética.

(ex.: "ministerio.justica,ministerio.fazenda"

e "ministerio.fazenda,ministerio.justica" referenciam, de forma equivalente, a mesma autoridade emittente).

8.3. Modalidade de Indicação do Sujeito

Cada autoridade emissora (aquela que produz o ato) ou referenciada (aquela que é regulamentada pelo ato) consiste essencialmente em um cargo institucional (ex.: Presidente da República) ou em uma instituição (ex.: Presidência da República). Quando for necessária, para uma identificação precisa da norma, a indicação de um órgão no interior da instituição, esta é efetuada segundo a ordem hierárquica do geral para o particular, partindo da instituição, seguindo os vários níveis da estrutura (Secretaria, Departamento etc.) e terminando com o cargo relativo (Presidente, Diretor, Secretário etc.). Portanto, a estrutura do sujeito emittente fica sendo:

```
<sujeito> ::= <instituicao> *[";" <orgao> ] [";" <funcao> ]  
| <cargo>
```

(ex.: "ministerio.fazenda;secretaria.receita.federal;secretario")

8.3.1. Indicação do órgão

Em alguns tipos de norma, mesmo a função da autoridade do órgão emittente sendo univocamente determinada (ex.: Secretário da SRF), geralmente esta não é indicada nas referências. Nesses casos, em analogia ao que é adotado na prática, a indicação da autoridade emittente é limitada ao mínimo indispensável em função do tipo do ato.

(ex.: "ministerio.fazenda;secretaria.receita.federal:instrucao.normativa"

e não "ministerio.fazenda;secretaria.receita.federal;secretario:instrucao.normativa")

8.3.2. Indicação da função

Em linhas gerais o componente `<funcao>`:

- o é indicado, às vezes no lugar do próprio órgão, quando se trata de um cargo do tipo "político", representativo ou eletivo, ou caso seja natural ao tipo de ato

(ex.: "universidade.brasilia;reitor:oficio"

e não "universidade.brasilia;reitoria:oficio");

- o é indicado quando se trata de uma figura maior da instituição (ex.: diretor geral, secretário geral, diretor administrativo etc.), à qual nem sempre é possível associar uma estrutura interna específica

(ex.: "ministerio.justica;departamento.policia.federal;diretor.geral");

- o não é indicado quando corresponde à responsabilidade de uma estrutura (tipicamente preenchida por um funcionário ou por um dirigente); nesse caso se indica apenas a estrutura e não o dirigente

(ex.: "ministerio.justica;departamento.administracao.penitenciaria"

e não "ministerio.justica;departamento.administracao.penitenciaria;chefe").

Por outro lado, a função deverá ser indicada quando:

- o não coincide com a direção ou a responsabilidade da estrutura (ex.: subsecretário, vice-diretor etc.);
- o o tipo de ato possa ser de origem tanto monocrática quanto colegiada: em tal caso a indicação do cargo serve para eliminar a ambigüidade.

8.3.3. Convenções para a autoridade

As normas de hierarquia superior (constituição, emendas, leis, leis complementares, medidas provisórias, decretos leis e decretos) têm a autoridade indicada convencionalmente apenas com os termos "federal", "estadual" ou "municipal", dependendo da esfera pública.

(ex.: "urn:lex:br:**federal**:lei"

e não "urn:lex:br:congresso.nacional:lei",

"urn:lex:br;sao.paulo;campinas:**municipal**:lei"

e não "urn:lex:br;sao.paulo;campinas:camara.municipal:lei")

9. Elemento <tipo-documento>

9.1. Critérios para a Indicação do Tipo do Documento

A indicação obrigatória da autoridade emitente nos nomes uniformes torna supérflua, na grande maioria dos casos, a qualificação adicional da norma (lei municipal, portaria ministerial etc.) efetuada, mesmo se não sistematicamente, pelo menos na prática.

Quando a combinação autoridade-norma identifica claramente o documento em questão, o tipo de ato não é qualificado por meio de atributos que se refiram à autoridade emitente.

(ex.: "urn:lex:br;sao.paulo;ribeirao.preto:municipal:lei"

e não "urn:lex:br;sao.paulo;ribeirao.preto:municipal:lei.municipal")

9.2. Especificação Adicional do Tipo de Documento

Para a identificação do ato no elemento `<tipo-documento>`, geralmente é suficiente a indicação da sua tipologia. Todavia, é bastante difundida na prática a referência a normas por meio de algumas especificações, como o assunto, a matéria etc. (ex. regulamento de contabilidade) ou com apelidos de uso corrente que se relacionam ao promotor, ao assunto etc. (ex.: Lei Camata, Lei das PPPs), sem indicação dos codificadores formais (data e número).

Nesses casos, o tipo de norma pode ser seguido pelas especificações, de modo a facilitar a identificação mesmo sem a presença dos descritores:

```
<tipo-documento> ::= ( <tipo-norma>
                        | <tipo-jurisprudencia>
                        | <tipo-projeto-norma>
                        ) [ ";" <nome-subtipo-sequenciador> ]
                        | "publicacao.oficial;" <nome-periodico-oficial>
                        [ ";" <nome-secao-periodico-oficial> ]
```

Os possíveis valores para `<tipo-norma>`, `<tipo-jurisprudencia>` e `<tipo-projeto-norma>` são definidos em vocabulários específicos e são compartilhados por todas as autoridades emitentes.

O detalhamento `<nome-subtipo-sequenciador>` identifica o subtipo do documento que foi utilizado na sequência de numeração dos documentos no contexto dos sistemas de informação da autoridade emitente. Os valores são especificados no vocabulário controlado utilizando o contexto da autoridade emitente. Por exemplo, o valor “plc”, no contexto do Senado Federal, é definido como um subtipo de “projeto.lei.complementar”, que é um dos valores compartilhados de forma independente de contexto.

O tipo “publicacao.oficial” permite identificar um periódico oficial que publica os textos das normas, julgados e proposições legislativas. Ele deve ser seguido do nome da publicação oficial por extenso e, se existente, da identificação da seção.

(ex.: “publicacao.oficial;diario.oficial.uniao;secao.1” ou

“publicacao.oficial;diario.justica.eletronico”)

9.3. Relações entre Documento e Autoridade nos alias

Os atos com diferentes referências normativas são geralmente introduzidos no ordenamento mediante um ato de adoção ou emanação, no qual são incorporados ou ao

qual são anexados. Faz-se, assim, necessária a definição de um alias para os dois aspectos do mesmo documento. Em particular se podem distinguir os atos:

- o adotados/emanados por autoridade diversa daquela regulamentada (ex.: estatuto de um Ente); nesse caso a correlação é estabelecida entre dois nomes uniformes que têm elementos <autoridade> completamente diferentes

(ex.: "ordem.advogados.brasil:estatuto" e "ministerio.justica:decreto");

- o emitidos, com base na autonomia ou delegação recebida, pela própria instituição (ex.: para o funcionamento do próprio Órgão); nesse caso têm a primeira parte da autoridade em comum

(ex.: "senado.federal:codigo.disciplinar" e "senado.federal;mesa.diretora:ato");

- o emitidos pelo próprio Ente para regulamentar uma área específica de sua própria competência; nesse caso o elemento <autoridade> é coincidente

(ex. "ministerio.justica:regulamento;uso.instrumentos.informaticos.processo" e "ministerio.justica:portaria").

10. Elemento <descriptor>

10.1. Indicação do Descritor

A codificação do descritor do documento geralmente se constitui por uma data representativa (assinatura no caso de normas, iniciativa para proposições legislativas e data de julgamento para os julgados) e pelo seu número de identificação (seqüencial, número de protocolo etc.). No caso de componentes adicionais do ato, como, por exemplo, anexos, adicionam-se os descritores destes componentes separados por “;”.

No que se refere à data, deve-se observar que algumas normas apresentam datas múltiplas. Em relação ao número, este pode não existir de fato (ex.: atos não numerados) ou ainda ser múltiplo (ex.: atos unificados). Por essa razão prevê-se que os elementos de codificação possam ter valores múltiplos. Nestes casos, utiliza-se o conectivo “,” para delimitar cada valor.

Na prática, os codificadores não são representados de modo uniforme e são adotadas seqüências opostas às da citação (data-número). De acordo com a estrutura global do nome uniforme, do geral ao particular, define-se como formato de indicação a seqüência “data número”, na forma:

```
<descriptor> ::= <datas> ";"
                ( <identificadores> | <apelido-documento> )
                *[";" <id-componente> [";" <titulo-componente> ] ]
```

(ex.: "2000-12-06;126",

"14.legislatura;2544",

"br:federal:lei:2003-10-01;10741",

```
"br:federal:lei:2003-10-01;10741;anexo.1",  
"br:federal:lei:2003-10-01;estatuto.idoso",  
"br:federal:lei:1993-07-20;8685" e  
"br:federal:lei:1993-07-20;lei.audiovisual")
```

10.2. Atos sem Numeração

Os atos sem numeração nos veículos de publicação têm uma referência não unívoca, já que podem existir diversos atos do mesmo tipo, emitidos no mesmo dia pela mesma autoridade.

Posto que um nome uniforme deve identificar univocamente cada um deles, o campo `<descriptor>` deve, de algum modo, conter um elemento discriminante, que pode ser um identificador qualquer utilizado internamente no Órgão (ex.: número do protocolo), mesmo que não tenha sido publicado.

Na hipótese de a autoridade emitente não utilizar nenhum identificador interno, deve ser criado um número seqüencial único considerando a autoridade emitente, o tipo de documento e a data de assinatura, para uso pelo sistema de nomes; para torná-lo claramente distinguível, tal número é precedido pela string "lex-":

```
<numero-lex> ::= "lex-" 1*<numeral>
```

(ex. "federal:decreto:1999-12-20;lex-3")

A atribuição de tal distintivo deve ser realizada, de preferência, pela autoridade emitente do documento; no caso de autoridades múltiplas, espera-se que apenas uma delas proceda à atribuição do número, e que isso se dê ou por acordo entre os sujeitos ou pela instituição com o papel de maior relevância (ex.: proponente).

Como é vedada a inserção de duplicatas no catálogo de nomes uniformes, o número artificial, caso não possa ser deduzido, pode ser definido pelo administrador do próprio catálogo.

10.3. Identificadores

Alguns documentos (ex.: projetos de leis) são identificados por uma série de números (ex.: por reunificação de projetos de lei).

Nesse caso, relacionam-se no campo `<identificadores>` todos os identificadores, de acordo com a estrutura:

```
<identificadores> ::= <numero-lex>  
                    | <id-documento> *["," <id-documento>]  
<id-documento>    ::= 1*(<normal> | <outro>)
```

(ex. "2000-06-12;c-10-97,c-11-97,c-12-97")

Os caracteres não permitidos (ex.: "/") ou reservados (ex.: ":") , incluindo a vírgula, não podem estar presentes no interior do `<id-documento>`, e portanto são convertidos em "-".

10.4. Indicação do Número de Identificação do Documento

Para facilitar a construção automática do nome uniforme a partir das referências, o número de identificação do ato é representado exatamente na forma que foi atribuído pela autoridade emitente, considerando as conversões necessárias de caracteres especiais.

(ex.: um ofício com a numeração AIPA/CR/35 de 06/11/2001 teria como elemento `<descriptor>` do nome uniforme: "2001-11-06;aipa-cr-35").

De acordo com as regras de numeração adotadas pelo emanante, este pode aceitar a presença de informações redundantes (ex.: autoridade, ano de emissão etc.) já presentes em outras partes do nome uniforme (na mesma forma ou em forma diversa).

Por outro lado, a eliminação automática de tais redundâncias a partir das citações que trazem o número de maneira completa (ex.: ofício AIPA/CR/35) não é uma operação confiável, já que existe uma variabilidade enorme nas regras de numeração adotadas pelas autoridades emitentes.

Tendo em conta que as referências podem ser efetuadas também em forma reduzida (ex.: ofício AIPA no. 35 de 2001), o que faz com que o nome uniforme construído também seja reduzido, no final do processo de resolução o número identificador é considerado como sendo formado por diversos componentes elementares, cada um deles delimitado por caracteres especiais.

10.5. Esclarecimentos Sobre os Números de Identificação do Ato

Na sintaxe dos nomes uniformes, o número singular (`<id-documento>`) do elemento `<identificadores>` é, no seu todo, uma *string* opaca que, combinada com os outros elementos, forma um identificador unívoco.

Na numeração, são relacionadas na mesma ordem todas as informações presentes no documento que caracterizam a sua identificação, mesmo que algumas (ex.: ano) já estejam contidas em outros elementos (ex.: data).

(ex.: Se o identificador de um ofício é 409/98, utiliza-se a numeração completa "409-98" e não apenas 409, mesmo que o ano 1998 já seja um conteúdo da data).

Não existe regra pela qual os componentes devam ser representados no interior de uma numeração em uma determinada ordem (ex.: primeiro o número sequencial e depois o ano, ou vice-versa): assim, por exemplo, o n° 409/98 é reportado como "409-98", o n° 98/409 como "98-409". Os dois números "409-98" e "98-409" são ambos válidos e identificam, considerando a paridade dos outros elementos, dois documentos distintos.

Assim, utiliza-se exatamente a forma adotada pela autoridade emitente, segundo a prática difundida no seu interior, para uma classe (ou período) de atos, eventualmente distinta de outras classes ou períodos (ex.: para os ofícios: número/ano; para os memorandos: ano/número).

É prevista ainda a presença de diversos números identificadores do documento; por princípio tais números seriam da mesma natureza, atribuídos assim com base em um registro comum (ex.: reunificação de propostas de lei, de casos etc.) e, desse modo, congruentes entre si. Em tal hipótese, a ordem não tem relevância, mas é o conjunto dos números singulares que distingue o ato.

Se o documento tem diversos números, estes podem ser representados na mesma sequência em que aparecem no documento: no esquema é irrelevante a ordem na qual os números singulares são representados (crescente, decrescente, nenhuma) para a unicidade do nome uniforme (ex.: "135,409" e "409,135" são ambos válidos, e identificam, considerando-se a paridade dos outros elementos, o mesmo documento).

10.6. Identificador de Componentes de um Documento

O elemento `<id-componente>` deve ser utilizado nos casos em que um documento é acompanhado de outros documentos (ex.: ocorrência de anexos) e nos casos de comunicados de retificação. Este identificador é formado por um descritor curto (ex.: anexo.1 ou retificacao.2) seguido, sempre que possível, de um título (`<titulo-componente>`) pelo qual o documento é conhecido.

(ex: decreto:1980-08-18;85080;anexo.1,tratado.cooperacao.amazonica
e não decreto:1980-08-18;85080;anexo.1)

10.6.1. Anexos Dependentes Funcionais e Formais

A presença de anexos de várias naturezas (anexos, tabelas, mapas etc.) é muito freqüente nos documentos legislativos e jurídicos e não é raro o caso no qual esses assumem a forma de textos articulados (ex.: regulamentos). Apesar de quase sempre serem partes integrantes do documento normativo principal, os anexos podem ser referenciados (e mesmo sofrer modificações) de maneira independente do ato a que pertencem. Torna-se assim necessário identificar univocamente não apenas o documento principal, mas também cada um dos seus anexos.

Os anexos dependentes formais são subdivisões efetivamente previstas no documento principal com o objetivo de tornar o seu texto mais fluente e organizado; esses são claramente nominados ou facilmente identificáveis no ato (ex.: “Anexo I”) e geralmente referenciados no mesmo texto (ex.: “no Anexo I encontra-se a lista ...”).

Já os anexos dependentes funcionais são, ao contrário, partes integrantes do próprio documento principal, que têm, no entanto, uma forma de registro não-textual e que por isso, na representação eletrônica do documento, precisam ser forçosamente segregados de forma a constituir objetos separados. O documento completo será recomposto na fase de apresentação. Isso acontece regularmente na presença de objetos multimídia (ex.: mapas geográficos, imagens, fotografias etc.), mas podem se apresentar também com textos registrados em um formato eletrônico não textual (por ex.: a imagem obtida com um scanner da versão em língua estrangeira de um acordo

internacional). É necessário indicar no elemento que trata da forma da expressão a natureza do conteúdo de acordo com o respectivo vocabulário controlado.

10.6.2. Identificação do Anexo

Ao anexo de qualquer natureza é sempre atribuído um nome uniforme distinto, independentemente do seu valor autônomo e da sua forma de registro (junto ou separado do documento principal). O seu nome uniforme é formado pelo nome uniforme do documento ao qual está vinculado e por uma desinência identificadora do próprio anexo.

Para os anexos dependentes formais, a desinência traz a denominação oficial do anexo e eventuais especificações adicionais (ex.: título), para facilitar a recuperação nos casos de falta do identificador.

(ex.: "urn:lex:br:ministerio.fazenda;secretaria.receita.federal:instrucao.normativa:2007-02-12;25;anexo.a,tabela.aliquota.imposto.renda.pessoa.fisica")

Para os anexos dependentes funcionais, na falta de uma denominação oficial, utilizam-se diretamente as informações que ajudam na sua identificação, como, por exemplo, a legenda.

(ex.: se no interior da instrução normativa anterior fosse representado um gráfico com a evolução da arrecadação, seria criado um anexo funcional com o nome uniforme "urn:lex:br:ministerio.fazenda;secretaria.receita.federal:instrucao.normativa:2007-02-12;25;grafico.evolutao.arrecadacao")

Os caracteres não admitidos (ex.: "/" ou reservados (ex.: ":")) não podem estar presentes dentro do <id-componente>, e portanto são convertidos em ".".

10.6.3. Anexos de anexos.

Nos casos em que um anexo contenha um ou mais anexos, os identificadores correspondentes serão construídos adicionando-se ao identificador do anexo-pai os dos anexos vinculados.

(ex.: Supondo-se que o gráfico do exemplo anterior estivesse contido em um anexo específico da Instrução Normativa nº 25 que tratasse apenas da justificativa para a correção da tabela do IRPF, o nome uniforme para esse gráfico seria: "urn:lex:br:ministerio.fazenda;secretaria.receita.federal:instrucao.normativa:2007-02-12;25;anexo.b,justificativa.correcao;grafico.evolutao.arrecadacao").

10.6.4. Descrito de Retificação

Nos casos de retificação, deve-se informar a string “retificacao.” seguido de um seqüencial de ordem de retificação do ato.

(ex.: urn:lex:br:federal:lei:1990-09-11;8078;retificacao.1@1990-09-12!2007-01-10~texto;pt-br).

O elemento versão (“@”) deve apresentar a data da versão do ato a que a retificação se refere. O elemento visão (“!”) deve apresentar a data da publicação da retificação.

10.7. Descritor da Publicação Oficial

O elemento descritor, no caso do identificador da publicação oficial, contém o número da edição (normal ou extraordinária), conforme exemplo abaixo:

(ex.:urn:lex:br:imprensa.nacional:publicacao.oficial;diario.oficial.uniao;secao.1:2008-07-22;139)

11. Elemento <fragmento>

A possibilidade de identificar univocamente o fragmento de um documento principal ou de seu anexo é importante pois permite estabelecer relacionamentos mais precisos, como nos casos dos relacionamentos entre dispositivos e normas. Por exemplo, é comum que a regulamentação do dispositivo de uma lei seja realizada por um decreto. Ao invés de estabelecer relacionamentos entre normas, neste caso, deve-se estabelecer relacionamentos entre um dispositivo da lei e o decreto no todo.

O elemento <fragmento> deve ser utilizado apenas na identificação das partições internas de uma expressão, como, por exemplo, no caso de uma norma jurídica, na identificação de artigos, dispositivos que agrupam artigos (títulos, capítulos etc.) ou detalhamento de artigos (parágrafo, inciso, alínea etc.). Os elementos de identificação das partições internas devem seguir as regras de nomenclatura previstas no XML Schema do Projeto LexML (Parte 3).

```
<fragmento> ::= ( <id-particao> | <intervalo-ids> )
                *[ ", " <fragmento> ]
<intervalo-ids> ::= "[" <id-particao> ", " <id-particao> "]"
<id-particao> ::= *<normalID>
```

(ex.: "lex:br:federal:lei:2000-12-06;126:art5_par2",
"lex:br:federal:lei:2000-12-06;126:[art6,art10]",
"lex:br:federal:lei:2000-12-06;126:[art6,art10],art12,[art20,art30]",
"lex:br:federal:lei:1993-07-20;lei.audiovisual:tit1")

11.1. Fragmento da publicação oficial

O elemento <fragmento> permite especificar, no caso da publicação oficial, a página inicial (prefixo “pag”) e, se necessário, separado por underscore (“_”), a coluna (prefixo “col”) onde o documento foi publicado.

(ex.:
urn:lex:br:imprensa.nacional:publicacao.oficial;diario.oficial.uniao;secao.1:1997-07-17;222;pag15081_col1).

12. Elemento <versao> e <visao>

12.1. As Versões e Visões de um Texto

Podem existir diversas versões do texto de um documento, cada uma delas caracterizada pelo intervalo temporal no qual o texto pode ser considerado referenciável. O período de validade de uma versão termina com o início da versão sucessiva. Em alguns casos, como na publicação de uma retificação, passam a existir duas visões de uma mesma versão do texto do documento: a visão anterior e a visão posterior ao evento de retificação. Além da retificação, outros eventos, que serão detalhados a seguir, podem gerar novas visões para uma mesma versão.

O conceito de versão está ligado ao evento de entrada em vigor do texto no ordenamento jurídico (no caso de normas) ou de validade (no caso de projetos de norma ou julgados). O conceito de visão, por sua vez, está ligado ao evento que gerou uma nova versão ou uma nova visão.

A data da versão é originada a partir da data do evento:

- de entrada em vigor de um novo ato normativo;
- de entrada em vigor das modificações realizadas por outros atos;
- de republicação por erro, realizada após o *vacatio legis*.
- de publicação de uma iniciativa de projeto de norma;
- de consolidação de uma emenda ao projeto de norma;

A data da visão é originada a partir da data do evento:

- de publicação de um novo ato normativo ou projeto de norma;
- de publicação de correções devido a erros na publicação (retificações ou erratas);
- de publicação de decisão judicial com reflexo na norma jurídica;
- de entrada em vigor das modificações realizadas por outros atos normativos antes da entrada em vigor do ato alterado;
- de republicação por erro realizada antes do *vacatio legis*.
- de publicação da derrubada de veto parcial.
- (qualquer) que gere alguma variante do texto de uma versão.

12.2. Casos Especiais

A criação do texto atualizado de uma norma pode considerar uma ou mais datas de vigência, de acordo com os seguintes tipos:

- multivigente: quando, no interior de um único objeto (ex.: um arquivo XML), são adicionadas marcações adequadas para identificar as partes modificadas (inseridas, substituídas e suprimidas) e os relativos períodos

de vigência. Um documento desse tipo é capaz, de maneira dinâmica, de se apresentar de formas distintas, de acordo com a data de vigência desejada;

- monovigente: quando, por outro lado, para cada variação sofrida pelo texto a uma certa data, é criado um novo objeto distinto. Cada objeto é, portanto, caracterizado por um período próprio de validade ou vigência.

De forma análoga, em relação à visão, pode-se criar um texto classificado como:

- multivisão: quando, no interior de um único objeto (ex: um arquivo XML), são adicionadas marcações adequadas para identificar as partes retificadas e os relativos períodos de visão do texto publicado e das retificações. Um documento desse tipo é capaz, de maneira dinâmica, de se apresentar de formas distintas, de acordo com a data de visão desejada;
- monovisão: quando, por outro lado, para cada publicação ou retificação sofrida do texto a uma certa data, é criado um novo objeto distinto.

12.3. Identificação da Versão e da Visão

Para identificar as diversas versões no tempo de um mesmo ato, o nome uniforme de cada versão é construído agregando-se uma desinência particular àquela do documento original, bem como uma outra desinência para indicar a visão.

Os elementos versão e visão são definidos conforme a seguir:

```
<versao> ::= <datas>
<visao>  ::= <datas>
<datas>  ::= <data> *["," <data> ]
           | <periodo>
<periodo> ::= "[" <data> "," <data> "]" | 1*<normal>
```

onde:

- <versao> contém a data do evento que ocasiona a criação de uma nova versão. No caso do texto multiversão, pode-se especificar uma lista de datas de vigência separadas por “,” (vírgula) ou um período entre duas datas delimitadas por “[” e “]” (ex.: “[2003-05-01,2005-04-02]”).
- <visao> reporta a data do evento que define uma visão do documento. No caso do texto multivisão, pode-se especificar uma lista de datas de visões separadas por “,” (vírgula) ou um período entre duas datas delimitadas por “[” e “]” (ex.: “[2003-05-01,2005-04-02]”).

Para exemplificar a relação entre os elementos visão e versão, vamos analisar como os eventos de publicação, alteração (neste exemplo estou considerando apenas as duas primeiras alterações desta norma) e retificação do CDC (Código de Defesa do Consumidor), apresentados na Tabela 2, são tratados para codificar as URNs de cada versão/visão (Tabela 3).

Tabela 2. Eventos do ciclo de vida do CDC (Lei 8078/1990).

Evento	Nome do Evento	Versão	Visão
E1	Criação da norma com entrada em vigor em 11/03/1991 (180 dias da publicação)	Vigência* 11/03/1991	Assinatura 11/09/1990
E2	Publicação da norma	Vigência 11/03/1991	Publicação 12/09/1990
E3	Entrada em vigor da norma alteradora Lei 8656/1993 (publicada em 22/05/1993 com entrada em vigor na publicação)	Entrada em vigor da alteração. 22/05/1993	Publicação 22/05/1993
E4	Entrada em vigor da norma alteradora Lei 8703/1993 (publicada em 08/09/1993 com entrada em vigor na publicação)	Entrada em vigor da alteração. 08/09/1993	Publicação 08/09/1993
E5	Retificação do texto publicado (E2)	[Todas as vigências desde evento E2]	Publicação 10/01/2007

Tabela 3. URNs do CDC (em ordem da ocorrência de eventos)

Ref	Tipo URN	Sufixo da URN (“urn:lex:br:federal” + [sufixo da urn])
E1	Doc. Individual	lei:1990-09-11;8078@1991-03-11!1990-09-11
E2	Doc. Individual	lei:1990-09-11;8078@1991-03-11!1990-09-12
E2	Doc. Complexo	lei:1990-09-11;8078
E3	Doc. Individual	lei:1990-09-11;8078@1993-05-22!1993-05-22
E4	Doc. Individual	lei:1990-09-11;8078@1993-09-08!1993-09-08
E5	Doc. Individual	lei:1990-09-11;8078@1991-03-11!2007-01-10
E5	Doc. Individual	lei:1990-09-11;8078@1993-05-22!2007-01-10
E5	Doc. Individual	lei:1990-09-11;8078@1993-09-08!2007-01-10

Por convenção, iremos considerar os seguintes valores *default* para as URNs de documentos individuais que não especifiquem os descritores de versão e visão:

- Data da Versão (*default*) – A versão do início de vigência (norma) ou validade de um texto (julgados e proposições legislativas).
- Data da Visão (*default*) – A data do evento que tornou a versão pública (normalmente, a data da primeira publicação).

12.4. Identificação de Documentos Multiversão e Multivisão

Para uma completa compatibilidade, cada atualização do texto ou da vigência de um documento multivigente implica, mesmo o objeto sendo único, a construção de um novo nome uniforme contendo o identificador da versão virtualmente gerada, de forma exatamente igual àquela de modalidade monovigente. Um metadado adequado cuidará de associar cada nome uniforme ao intervalo temporal no qual tal nome deva ser considerado válido junto ao texto correspondente.

Utilizando o exemplo do CDC, apresentado na seção anterior, um documento que aglutinasse todas as alterações e retificações relacionadas ao evento da Tabela 1, seria codificado com o seguinte sufixo para a urn “urn:lex:br:federal:”:

```
lei:1990-09-11;8078@[1991-03-11,1993-09-08]![1990-09-12,2007-01-10]
```

(ex.: o documento multivigente contendo o "Decreto-Lei nº 12 de 30/1/1941", atualizado com as modificações introduzidas pelo "Decreto Legislativo nº 51 de 19/2/1998", possui o nome do original "federal:decreto.lei:1941-01-30;12" e aquele da versão atualizada "federal:decreto.lei:1941-01-30;12@1998-02-19").

13. Elemento <forma>

O elemento <forma> identifica a forma de expressão do recurso endereçado. Caso a forma seja a textual, deve-se informar o código da língua em que o texto está codificado. Nos casos de elementos não textuais, deve-se informar a natureza do recurso de acordo com o vocabulário controlado de tipo de conteúdo.

```
<forma> ::= <tipo-forma> [ ";" <lingua> ] *[ "," <lingua> ] ]
<tipo-forma> ::= 1*<normal>
<lingua> ::= <lingua-codigo>
               [ "-" <lingua-script> ] [ "-" <lingua-regiao> ]
<lingua-codigo> ::= 1*<minuscule>
<lingua-script> ::= 1*<minuscule>
<lingua-regiao> ::= 1*<minuscule>
```

```
(ex.: federal:lei:1992-05-11;8421@1992-05-12!1992-05-12~texto;pt-br
      federal:lei:1992-05-11;8421;anexo.1,desenho.bandeira.nacional
      @1992-05-12!1992-05-12~imagem )
```

No caso de um documento que possui seu conteúdo expresso em múltiplas línguas, deve-se especificar cada código separado por vírgulas.

```
(ex.: federal:lei:1992-05-11;8421@1992-05-12!1992-05-12~texto;pt-br,es-ar)
```

Por convenção, iremos considerar o valor “texto;pt-br” como default para o elemento <forma> de uma URN de documento individual.

14. Referências

14.1. Características das Referências

As referências aos documentos jurídicos e legislativos têm algumas características particulares:

- são freqüentemente relacionadas a partições específicas do ato (artigo, inciso etc.) e não ao documento inteiro;
- podem ser de natureza dinâmica, isto é, referindo-se, de modo implícito, sempre à última versão em vigor;
- podem ser estáticas, quando, ao contrário, referem-se a uma versão específica do documento.

Dado que o esquema define apenas as regras de atribuição de nomes uniformes a documentos inteiros, para representar adequadamente as características das referências existe um espaço de nomes mais amplo que aquele necessário à identificação dos atos.

Cabe destacar, dentre outros detalhes, que, para manter atualizada uma referência dinâmica, o vínculo à última versão vigente pode ser efetuado apenas pelo processo de resolução; em consequência, é necessário caracterizar uma única vez a natureza da remissão, sem ter que atualizar continuamente todos os links em todos os documentos.

14.2. Os *Namespaces* Base e Estendido

São definidos dois espaços de nomes distintos:

- o espaço base, constituído pelo conjunto dos nomes uniformes que identificam os documentos;
- o espaço estendido, constituído pelo conjunto dos nomes uniformes utilizáveis nas referências.

Se evidenciam algumas relações existentes entre os dois espaços:

- o nome uniforme de um documento (isto é, o seu identificador unívoco) pertence apenas ao espaço base;
- o nome uniforme utilizado em uma referência pode pertencer tanto ao espaço base quanto ao espaço estendido;
- cada nome pertencente ao espaço estendido é ligado a um nome no interior do espaço base (aquele que identifica o documento) e não pode existir na ausência deste.

14.3. A Estrutura dos Nomes do Espaço Estendido

A estrutura dos nomes do espaço estendido, utilizáveis apenas nas referências, é a seguinte:

```
<referencia> ::= <documento> [ "$" <propriedade> ]
```

onde:

- o o elemento `<documento>` contém o nome uniforme do ato referenciado;
- o o elemento `<propriedade>` descreve as características (ex.: data de vigência) que são demandadas do documento referenciado.

Pode-se observar que:

- o o nome uniforme utilizado em uma referência pertence ao espaço estendido se é especificada pelo menos uma propriedade do documento referenciado;
- o as propriedades também são transmitidas ao serviço de resolução de nomes uniformes, o qual pode responder exatamente com o documento solicitado (ex.: vigente ou eficaz a uma certa data).

14.4. Remissões Dinâmicas e Estáticas

Por remissão dinâmica (ou móvel) entende-se aquela efetuada à fonte normativa e, portanto, compreende as sucessivas modificações às quais será submetido o ato citado. Em outras palavras, uma referência dinâmica remete sempre à última versão do texto vigente do ato referenciado, independentemente da data na qual foi efetuada a remissão. Isso significa que, no momento em que é efetuada a navegação ao documento referenciado, deveria ser visualizada a versão vigente naquele dia.

Por remissão estática entende-se, ao contrário, aquela que faz referência a uma versão precisa do texto das disposições (por ex.: àquela em vigor no momento em que a remissão foi efetuada) e que perdura independentemente de eventuais modificações posteriores.

As referências entre atos normativos pertencem geralmente à categoria das referências dinâmicas. Por outro lado, entra na categoria das referências estáticas a maior parte das remissões nas disposições de modificação de diversas naturezas (do texto, da eficácia etc.) ou as que são inseridas nos documentos de jurisprudência (relativos, em última análise, à data do fato ou da decisão).

À parte destes princípios de ordem geral, a avaliação do tipo de remissão requer, salvo casos de imediata evidência, a intervenção de um sujeito qualificado para a interpretação.

O processo de resolução deveria ter um comportamento distinto, de acordo com o tipo de remissão. Assumindo que, na falta de informações adicionais, a remissão seja dinâmica (caso mais freqüente), o serviço de resolução de nomes uniformes deveria fornecer sempre, em primeira instância, o texto mais recente.

14.5. Indicação de Propriedades do Documento

Com o espaço de nomes estendido é possível tratar adequadamente as remissões estáticas, por meio da indicação de características desejadas do documento referenciado.

A sintaxe permite a referência de uma versão precisa do ato sem que seja necessário conhecer o seu identificador:

```
<propriedade> ::= "vig=" <data> | "efi=" <data>
```

As propriedades são indicadas:

- por uma sigla que descreve o tipo de propriedade: "vig=" para vigência, "efi=" para eficácia (outras propriedades poderão ser definidas no futuro); e
- pela data à qual tal propriedade deve se referir.

(ex.: uma referência à versão em vigor em 1/1/2003 do inciso III do artigo 2º da lei nº 9123 de 9 de julho 2000 contém o nome uniforme "urn:lex:br:federal:lei:2000-07-09;9123:art2-inc3\$vig=2003-01-01")

14.6. Indicação da Versão nas Referências

Em completa analogia com a prática legislativa, uma referência dinâmica a um documento é efetuada utilizando-se o nome uniforme do ato original, isto é, sem nenhuma especificação de versão.

Um sistema de resolução deve assim estar em condições de tratar todos os anexos e as versões sucessivas associadas a um ato, fornecendo ao usuário a lista completa ou escolhendo diretamente, dentre estas, aquela mais apropriada. A estrutura hierárquica do esquema de atribuição dos nomes simplifica tais operações, realizáveis facilmente com o mascaramento dos componentes mais específicos (as desinências).

A indicação explícita de uma versão do documento referenciado (isto é, na forma: <documento>@<versao>!<visao>) é, portanto, utilizada apenas nas remissões estáticas, para identificar uma versão e uma visão bem precisa.

Nas remissões dinâmicas, na verdade, tais indicações perderiam o significado, já que o vínculo é sempre efetuado à versão mais recente.

Se a referência estática se dá à versão original do ato, o identificador da versão pode assumir o valor da data de publicação ou, por convenção, o valor fixo "versao.original".

(ex.: a remissão estática à versão original da lei nº 9112/2004 é efetuada mediante o nome uniforme "federal:lei:2004-05-03;9112@**versao.original**").

Nas remissões estáticas, a indicação explícita da versão pode ser substituída pela propriedade do ato, como apresentado na seção anterior.

15. Referências

15.1. Bibliográficas

R. Moats, K. R. Sollins, "URN Syntax", RFC 2141, May 1997.

T. Berners-Lee, R. Fielding, L. Masinter, "Uniform Resource Identifiers (URI): Generic Syntax", RFC 2396, August 1998.

15.2. Sites

<http://cidoc.ics.forth.gr/> - CIDOC CRM

<http://www.ifla.org/VII/s13/frbr/> - IFLA / FRBR

16. Lista de Abreviaturas e Siglas

BNF - Backus-Naur Form

CDC – Código de Defesa do Consumidor

HTML – Hypertext Markup Language

IETF - Internet Engineering Task Force

ITTIG - Istituto di Teoria e Tecniche dell'Informazione Giuridica

NIR – Norme in Rete

ODF – Open Document Format

PDF – Portable Document Format

RDS - Resolver Discovery Service

RFC - Request For Comments

URI - Uniform Resource Identifier

URL - Uniform Resource Locator

URN - Uniform Resource Name

XML – Extensible Markup Language

17. Créditos

17.1. Editores (LexML Brasil)

Fernando Ciciliati (Senado Federal / Interlegis)

João Alberto de Oliveira Lima (Senado Federal / Prodasen)

17.2. Grupo de Trabalho LexML (em Agosto de 2008)

Alfredo Luiz Campos Júnior (Câmara dos Deputados / CENIN)

Carlos Corrêa Gonçalves (Tribunal Superior Eleitoral)

Cláudio Morale (Senado Federal / Interlegis)

Dalva Luca (Ministério da Justiça)

Fernando Teixeira (Câmara dos Deputados / CENIN)

Flávia Lacerda (Tribunal de Contas da União)

Flávio Henrique Rocha e Silva (Supremo Tribunal Federal)

Flávio Heringer (Senado Federal)

Manuel de Medeiros Dantas (Advocacia Geral da União)

Jean Rodrigo Ferri (Senado Federal / Interlegis)

João Alberto de Oliveira Lima (Senado Federal / Prodasen)

João Batista de Holanda Neto (Senado Federal / Prodasen)

João R. Kramer Santana (Tribunal de Contas da União)

Paulo André Mattos de Carvalho (Tribunal de Contas da União)

Paulo Martins Inocêncio (Conselho da Justiça Federal)

Ricardo Bravo (Tribunal de Contas da União)

Sérgio Falcão (Câmara dos Deputados / CENIN)

Virgínia Azevedo (Supremo Tribunal Federal)

17.3. Outras Contribuições

Peter de Pádua Kraus (Prefeitura Municipal de São Carlos (SP))

Anexo A – Gramática de Nomes Uniformes do "lex-br"

```
*-----
* Estrutura de um nome uniforme (URN) do espaço "lex"
*-----
<URN> ::= "urn:" <NID> ":" <NSS-lex>
<NID> ::= "lex"

*-----
* Estrutura de um nome uniforme do espaço "lex" internacionalizado
*-----
<NSS-lex> ::= <local> ":" <NSS-lex-local>
<local> ::= <codigo-pais> [ ";" <detalhamento-local> ]

*-----
* Estrutura do elemento <local> para o Brasil
*-----
<codigo-pais> ::= "br"
<detalhamento-local> ::= [ ";" <unidade-federacao> [ ";" <municipio> ] ]
                        | [ ";" <tipo-regional> ";" <seq-regional> ]
<unidade-federacao> ::= 1*(<minuscula> | ".")
<municipio> ::= 1*(<minuscula> | ".")
<tipo-regional> ::= "regiao.justica.federal"
                  | "regiao.justica.trabalho"
<seq-regional> ::= 1*<numero>

*-----
* Estrutura de um nome específico do "lex-br"
*-----
<NSS-lex-local> ::= <documentoComplexo> | <documentoIndividual>
<documentoComplexo> ::= <documento> [ ":" <fragmento> ]
<documentoIndividual> ::= <documentoComplexo>
                        "@" <versao> "!" <visao> "~" <forma>

*-----
* Estrutura do elemento <documento>
*-----
<documento> ::= <autoridade> ":" <tipo-documento> ":" <descriptor>

*-----
* Estrutura do elemento <autoridade>
*-----
<autoridade> ::= <sujeito> *["," <sujeito>]
<sujeito> ::= <instituicao> *[";" <orgao> ] [ ";" <funcao> ] | <cargo>
<instituicao> ::= 1*<normal>
<orgao> ::= 1*<normal>
<funcao> ::= 1*<normal>
<cargo> ::= 1*<normal>
```

```
*-----
* Estrutura do elemento <tipo-documento>
*-----

<tipo-documento>      ::= ( <tipo-norma>
                             | <tipo-jurisprudencia>
                             | <tipo-projeto-norma>
                             ) [ ";" <nome-subtipo-sequenciador > ]
                             | "publicacao.oficial;" <nome-periodico-oficial>
                             [ ";" <nome-secao-periodico-oficial> ]

<tipo-projeto-norma>   ::= 1*<normal>
<tipo-norma>          ::= 1*<normal>
<tipo-jurisprudencia> ::= 1*<normal>
<nome-subtipo-sequenciador> ::= 1*<normal>
<nome-periodico-oficial>   ::= 1*<normal>
<nome-secao-periodico-oficial> ::= 1*<normal>

*-----
* Estrutura do elemento <descriptor>
*-----

<descriptor> ::= <datas> ";" ( <identificadores> | <apelido-documento> )
                  *[";" <id-componente> ["," <titulo-componente> ] ]
<identificadores> ::= <id-documento> *[";" <id-documento>] | <numero-lex>
<apelido-documento> ::= 1*<normal>
<id-documento>      ::= 1*(<normal> | <outro>)
<numero-lex>        ::= "lex-" 1*<numeral>
<id-componente>     ::= 1*<normal>
<titulo-componente> ::= 1*<normal>

*-----
* Estrutura do elemento <fragmento>
*-----

<fragmento> ::= ( <id-particao> | <intervalo-ids> ) *[";" <fragmento> ]
<intervalo-ids> ::= "[" <id-particao> "," <id-particao> "]"
<id-particao>   ::= 1*<normalID>

*-----
* Estrutura do elemento <versao> e <visao>
*-----

<versao> ::= <datas>
<visao>  ::= <datas>

*-----
* Estrutura do elemento <forma>
*-----

<forma> ::= <tipo-forma> [ ";" <lingua> ] *[";" <lingua> ] ]
<tipo-forma> ::= 1*<normal>
<lingua>     ::= <lingua-codigo>
                  [ "-" <lingua-script> ] [ "-" <lingua-regiao> ]
<lingua-codigo> ::= 1*<minuscula>
<lingua-script> ::= 1*<minuscula>
```

<lingua-regiao> ::= 1*<minuscule>

*-----
* Estrutura de uma referência por meio de nome uniforme
*-----

<referencia> ::= <documento> [":" <fragmento>]
 ["@" (<versao> | "versao.original")
 ["!" <visao>]
 ["~" <forma>]
 ["\$" <propriedade>]
<propriedade> ::= "vig=" <data> | "efi=" <data>

*-----
* Estrutura do elemento <data>
*-----

<data> ::= <ano> "-" <mes> "-" <dia>
<ano> ::= 4<numeral>
<mes> ::= 2<numeral>
<dia> ::= 2<numeral>

*-----
* Estrutura do elemento <datas>
*-----

<datas> ::= <data> *["," <data>]
 | <periodo>
<periodo> ::= "[" <data> "," <data> "]"
 | 1*<normal>

*-----
* Caracteres admitidos
*-----

<aceitos-lex> ::= <normal> | <outro> | <reservado>
<normal> ::= <minuscule> | <numeral> | "."
<normalID> ::= <normal> | "_" | "-"
<minuscule> ::= "a" | "b" | "c" | "d" | "e" | "f" | "g" | "h" | "i" |
 "j" | "k" | "l" | "m" | "n" | "o" | "p" | "q" | "r" |
 "s" | "t" | "u" | "v" | "w" | "x" | "y" | "z"
<numeral> ::= "0" | "1" | "2" | "3" | "4" | "5" | "6" | "7" | "8" | "9"
<outro> ::= "=" | "-" | "_"
<reservado> ::= ":" | "@" | ";" | "," | "[" | "]" | "\$" | "!" | "~"